

O CARDEAL CEREJEIRA E OS LEIGOS

1. Recordar com isenção, celebrar em unidade

No centenário do nascimento do Senhor Cardeal Cerejeira, importa que todos quantos nos preocupamos com a nossa Igreja contemporânea, em particular no Patriarcado, cuidemos de dois objectivos. Primeiro, recordar com isenção; segundo, celebrar com fé e em espírito de unidade.

Só o tempo permitirá um juízo mais distanciado. Sobre a pessoa, na sua riqueza humana — alguém a quem nem os inimigos ousam negar excepcionais qualidades, como militante e como sacerdote cristão, como universitário, como português da sua geração, empenhado civicamente nos problemas da sua e nossa pátria. E também sobre o pastor da diocese de Lisboa, na vastidão de uns ricos quarenta e dois anos de pontificado — o mais longo da nossa história local — começado sob o signo da recomposição da paz entre a Igreja e o Estado (encetada por Sidónio e pelo presidente reconciliador que foi António José de Almeida, ao menos de modo simbólico e ostensivo) e terminado em plena febre reformadora do Concílio Vaticano II.

A proximidade, aliada à longa duração num tempo tão agitado, explica a diversidade, por vezes contraditória, dos juízos. Como o explica certa tendência que existe em Portugal (fruto de arreigado e preguiçoso irrealismo cultural, contra o qual alguns clamaram para orelhas moucas, e que em épocas de confusão de ideias — qual a nossa — se chega a valorizar como elemento distintivo de uma pretensa «forma portuguesa de conhecer») para tudo baralhar à sombra de falsas ideias claras: as discordâncias com a omissão dos factos, o juízo histórico com o juízo ideológico ou político, a política com a religião, as responsabilidades do pastor com as de um qualquer cidadão, as convicções pessoais com a actuação

pastoral ... Mas nem essa proximidade nos dispensa de tentar apurar, no plano dos factos — distinguindo cuidadosamente as opções de alternativa doutrinária e, porque é disso que tanta vez se trata, a política —, o que foi o Cardeal Cerejeira como pastor da Lisboa e quais foram as ideias do cidadão Cerejeira, do homem Cerejeira, do universitário Cerejeira. Tentemos vencer a preguiça que se esconde atrás de fáceis intuições generalizantes e analisemos para depois sintetizar.

Por outro lado, além da recordação objectiva, rigorosa, isenta, há que fazer a celebração. Esta é um acto global, à luz da fé. Sobre-tudo, cabe a respectiva responsabilidade ao Patriarcado todo, que foi o filho único e querido de D. Manuel Gonçalves Cerejeira; nele, fundamentalmente, ao clero e ao laicado em volta do seu Bispo. De facto, ao longo de quarenta e dois anos de pontificado, foram estas as pedras basilares sobre as quais assentou o que pode chamar-se a reconstrução — senão a restauração — pós-liberal da Igreja em Portugal. Não o foram por acaso. São as pedras vivas sem as quais, verdadeiramente, nada de valioso poderá edificar-se. Julgo que, no que se refere aos leigos, a grande homenagem que se lhe pode prestar consiste sempre na presença grata e na memória atenta. O clero e os leigos do Patriarcado são os herdeiros espirituais do Cardeal Cerejeira, formados pela sua obra evangelizadora. Na verdade, com excepção dos muito novos, os leigos empenhados na Igreja de Lisboa tivemos, todos, como primeiro Mestre da nossa formação o Bispo que tantos anos caminhou à frente da Diocese e que singularmente estava fadado para a multidão, a comunicação e as grandes tarefas da Igreja no mundo moderno. É o seu — nosso — testemunho, mais do que opiniões individuais, que neste momento vale acima de tudo o mais.

2. Uma figura gigantesca

Nada de útil poderá dizer-se sem falar um pouco da pessoa de D. Manuel Gonçalves Cerejeira. Só quem o não conheceu de perto — até de longe! — poderá ter ficado cego às suas qualidades e inacessível ao seu encanto pessoal, decerto valorizado pelos carismas próprios da função. A irradiação da sua inteligência, cultivada por leituras profundas e actualizadas, aliava-se à cortesia pessoal e intelectual; esta o levava a escrever e a falar um português claríssimo, ágil, expressivo e nervoso. Mas muito mais causava impressão.

A evidência da sua fé e a prática contagiante da oração. A simpatia alegre do seu carácter, moldado pela alegria minhota, a gravidade coimbrã e a presença simples mas poderosa de um príncipe do mundo. A abertura, crítica e não passiva, por razão e não por moda, às ideias do tempo, embora sem «mudar a pele» do homem da sua geração, que sempre foi — pois não quis nunca «transvestir-se» de progressista nos anos sessenta, desse progressismo que vemos estar hoje tão caduco como certo cristianismo oficialista dos anos trinta e quarenta, que também não foi o seu. Homem de Igreja — sem perder a encarnação da personalidade empenhada, inquieta e multifacetada que sempre foi, da Universidade à acção pastoral, da acção cívica à intervenção cultural —, colocou sempre a caridade como fundamento de actuação pastoral: se teve de castigar, fê-lo com lágrimas; se alguma vez condenou, muito ouviu, dialogou e orou antes de decidir. Talvez isso o levasse a ser julgado fraco por uns e silencioso por outros, dentro da errada lógica de apreciação política de uma actuação que se situava sobretudo na linha evangélica, antes do mais movida de caridade.

A personalidade explica muito, mas não tudo. A formação e a geração explicam outro tanto; e o momento histórico, dedada misteriosa da providência na evolução indeterminada e livre do mundo e dos homens, constitui o terceiro elemento sem o qual nada entenderemos da pessoa e da sua circunstância que, querendo Deus como quis, deram nascimento à obra conforme o sonho do homem (perdoe-se-me a evidente mistura de Ortega com Pessoa, que tão bem o explicaram já).

D. Manuel foi um homem da sua geração. Não há que negá-lo, nem ele disso tinha com que se envergonhar: mal de nós se o não formos, cada um da sua, salvo se tivermos a graça ou a vocação do profeta isolado — que é bem diferente, oposta, creio eu que até incompatível com a vocação agregadora, condutora e comunitária do pastor. Significou isso pertencer a uma geração que — para usar um inadequado chavão — da «esquerda» à «direita» sentiu, após a relativa decadência dos últimos vinte anos da Monarquia (o torturado reinado de D. Carlos e o breve reinado de D. Manuel), o evidente fracasso da I República, nos domínios político e económico. Ao mesmo tempo, a parcela cristã desta geração foi confrontada com o deserto religioso em que se havia tornado, não Portugal, mas os seus estratos e grupos predominantes, e com a falta de dinamismo cristão, a fraca cultura e o rotineirismo de uma prática

tradicional e popular, por efeito de um «presbitério de funcionários», qual foi em boa parte o da Monarquia, e pelo choque espoliador e a perseguição do início da República. Chamemos as coisas pelos seus nomes: foi dito tudo que se tratou. Ao mesmo tempo, o pensamento dominante na Europa já não era o do tradicionalismo nem o da primeira democracia cristã, num campo cristão afectado pelos efeitos da orientação dominante sob o pontificado de S. Pio X. As incertezas do período anterior à guerra e a experiência traumatizante da I Guerra Mundial e do após-guerra reforçavam o que os mestres intelectuais desta geração (António Sardinha, Ramiro de Maeztu e outros tradicionalistas; Charles Maurras) vinham ensinando. Um certo conservadorismo e integrismo, cristão ou profano, marcavam a formação desta geração e a sua «cultura dominante», em reacção contra o liberalismo e, depois, ainda mais, contra o comunismo (assimilado, na origem, a um socialismo cujas vertentes democráticas eram ainda débeis e cujo anticristianismo era radical ou, pelo menos, robustamente consequencial). Esta geração subiu ao poder com Salazar — ela e a geração seguinte nele iriam manter-se até 1974 — e tornou-se dominante, em todos os aspectos, na Igreja portuguesa, como na nossa sociedade em geral. Na Igreja, em particular, há que reconhecer-lhe o crédito de ter dado um escol dirigente, um pensamento e um dinamismo religioso ao cristianismo local: por outras palavras, de ter reanimado a exangue Igreja da nossa comunidade, ferida por um movimento liberal que ela não logrou compreender e que, desde 1834, foi largamente dominado pelos seus expoentes e correntes laicistas e anticristãs.

Enfim, o momento histórico. O Cardeal Cerejeira foi certamente o primeiro dos Bispos portugueses de todo o século XX. É com ele no Patriarcado de Lisboa que a Igreja portuguesa começa a viver ao ritmo e no espírito do século XX, e sai duma vida que foi de certa apagada e vil tristeza, muito característica do nosso século XIX religioso (porventura um pouco já do século anterior): porque refugiada no mero culto privado ou em devoções tradicionais; porque reduzida muitas vezes à condição servil de Igreja funcionária, de Igreja dependente de um Estado que pagava e nomeava os seus mais altos hierarcas, como se fossem seus funcionários, ao lado de uma pujante mas superficial Igreja popular; apagada e vil tristeza, ainda, porque a Igreja, cercada por um mundo social, económico, cultural e até político que a hostilizava

ou que fazia em relação a ela a conspiração do silêncio, carecia de espírito missionário e de irradiação intelectual e cultural. Este ambiente de reduzido prestígio e vida cultural, de passividade social, de tradicionalismo, de funcionarização, de isolamento, que não podiam deixar de ressequir a Igreja, de lhe tirar virtualidades apostólicas e evangelizadoras, era entrecortado por curtas experiências de perseguição e expoliação: a que se seguiu a 1834, quanto às Ordens Religiosas, e da I República (sobretudo até 1917), que foi certamente a mais dura, para não falar de momentos menos graves.

Foi a herança dessa Igreja perseguida e isolada no mundo hostil, acantonada numa prática religiosa de massa no plano meramente cultural, socialmente timorata, reduzida a um espaço que era periférico, lateral e frequentemente acrítico em relação à cultura do tempo, perseguida por certos sectores do poder (os sectores maçónicos) — foi essa herança de descristianização muito ampla que o Cardeal Cerejeira veio encontrar no Patriarcado de Lisboa. Fora de um pequeno escol de apóstolos, haviam sido criadas condições para a paralisia ou morte da Diocese, como comunidade e como estrutura capazes de evangelizar o seu povo, respondendo aos novos desafios que se lhe colocavam pela frente. E tantos eram eles!

Neste contexto, o Cardeal Cerejeira não foi apenas o reconstrutor ou restaurador de um Patriarcado profundamente destruído pela combinação de tantos factores negativos que vinham, pelo menos, do século XVIII e do século XIX. Foi, do mesmo passo, o pastor actualizado, moderno, atento, lido e experiente nos homens e nas ideias, capaz de enfrentar no Patriarcado os desafios que eram os do século XX e de lhes procurar uma resposta cristã. Por isso me não parece questionável, sem desdouro de ninguém, que, primeiro no Patriarcado, depois em toda a Igreja de Portugal, tanto por qualidades naturais como numa espontânea escolha de colegialidade episcopal, D. Manuel Gonçalves Cerejeira fosse verdadeiramente o chefe e o pastor dos anos trinta até aos sessenta. Coube-lhe, repito, introduzir entre nós os desafios, os estilos de actuação pastoral, a imagem e a realidade do Bispo do século XX.

3. Três desafios: o clero, o laicado, o mundo moderno

As tarefas que esperavam D. Manuel Gonçalves Cerejeira em Lisboa eram, claro, as da Igreja de sempre: dar a boa nova evan-

gética, construir o «reino que não é deste mundo», nas condições concretas de cada época, de cada povo, de cada pessoa e grupo humano, nelas implantando a «crítica da fé», se assim podemos dizer, e a acção reabilitante da Graça, sem a nenhuma rejeitar e sem a nenhuma aceitar por inteiro, antes a todas procurando valorizar natural e sobrenaturalmente.

No nosso século e nas condições dos anos trinta no Patriarcado de Lisboa, três vertentes mereciam primordial atenção: a promoção e valorização das vocações, em especial das vocações sacerdotais, que tanto escasseavam numa zona que se descristianizara, promovendo-as através de uma boa formação, sólida e actualizada (ao tempo, a Obra dos Seminários); a promoção do laicado; e o diálogo entre Igreja e mundo moderno¹.

Não há que falar aqui do primeiro desafio. O segundo é-nos, porém, proposto. E, desde logo, se o apostolado dos leigos se não identificou em exclusivo com a Acção Católica — muito menos hoje —, importa reconhecer que foi através da Acção Católica que, dos anos trinta aos anos sessenta, ele se renovou decisivamente nas suas diversas formas, tanto na prática como na nova concepção do papel e função do leigo na Igreja, que o Concílio viria a confirmar e a redefinir para os tempos novos. E, se isto foi assim em geral, foi-o intensamente, a cem por cento, para o Cardeal Cerejeira: pode dizer-se que, se Pio XI, o Papa que o escolheu e consagrou, passou à história como o Papa da Acção Católica, também D. Manuel Gonçalves Cerejeira deve ficar na história da Igreja portuguesa como o Bispo da Acção Católica.

Pouco antes da sua chegada ao Patriarcado (em 1928 como Bispo auxiliar e em 1929 como Patriarca, o que seria até 1971), já em 1926, reunidos em Lisboa no Concílio Plenário Português, os bispos portugueses determinavam (conclusões números 143 e 147) que os párocos promovessem com muito empenho a Acção Católica nas suas paróquias e que os bispos, quer cada um na sua Diocese, quer reunidos em Conferência, cuidassem de dar sobre a Acção Católica as normas que fossem exigidas pelas necessidades e pelas

¹ Remete-se para a obra capital de Mons. MOREIRA DAS NEVES, *O Cardeal Cerejeira*, 1988.

circunstâncias. Mas o grande impulso da Acção Católica Nacional viria a ser dado no Patriarcado pelo Cardeal Cerejeira, que no lapidado discurso de 8-2-1931 dizia aos leigos esta palavra bem própria do mundo novo em que hoje continuamos a viver: «Quero que sejais os auxiliares do meu episcopado». Mais: «Partilho convosco o meu sacerdócio». E definia assim os traços essenciais da Acção Católica: «1.º organização puramente religiosa; 2.º subordinação inteira e perfeita aos chefes escolhidos por Cristo; 3.º fora e acima dos partidos da política e da política dos partidos»².

O que essencialmente a Acção Católica foi no seu tempo — uma maneira de criar estruturas de corresponsabilidade dos leigos com a Hierarquia — veio alargar aos leigos diversas responsabilidades da Hierarquia, numa primeira antevisão da ideia de sacerdócio comum dos féis que o Cardeal Cerejeira formulava, bem antes do Concílio, ao dizer «partilho convosco o meu sacerdócio», colocando-os empenhadamente, em cooperação ou em participação no apostolado hierárquico, a realizar a missão comum da Igreja na sua qualidade de leigos. E esta forma, que de algum modo começou por absorver a totalidade ou a quase totalidade da organização do apostolado dos leigos, foi verdadeiramente uma escola de formação que permitiu depois, ao longo dos anos 60, dos anos 70 e até aos nossos dias, o florescimento duma multidão de movimentos plurais e diversos. Se não tivesse existido a Acção Católica unitária, um tanto rígida nas suas estruturas e uniforme nas práticas, não teria havido o feliz pluralismo actual dos movimentos de apostolado laical, que ela dotou com muitos dos seus membros, formados nos seus quadros para uma multidão de vocações específicas no domínio do apostolado laical e até no domínio dos institutos religiosos.

² Não se tem o intuito de documentar exaustivamente as afirmações feitas. Observa-se, todavia, que sobre a Acção Católica em Portugal, além da célebre carta de Pio XI ao Cardeal Patriarca de Lisboa de 10.11.1933, é sobretudo nas *Obras Pastorais* do Cardeal Cerejeira que podemos encontrar pistas doutrinaárias fundamentais: vol. I, 101 ss., 315 ss., 339 ss., 381 ss.; vol. II, 25 ss., 137 ss., 147 ss., 320-321; vol. III, 85 ss.; vol. IV, 285 ss., 321 ss., 337 ss.; vol. V, 289 ss., 327 ss., 399 ss.; vol. VI, 145 ss., 179 ss., 187 ss., 195 ss., 225 ss., 273 ss., 355 ss., 367 ss., 401 ss.; vol. VII, 48, 62 ss., 207 ss. E ainda: *Na hora do diálogo — resposta a muitas questões*, 1967, 67 ss.; *Cartas de Roma*, s. d., 47 ss. Daqui se extraem as citações feitas no texto.

Nos últimos anos, antes e depois do Concílio do Vaticano II, começamos a notar que a preocupação desvelada com a Acção Católica, como filha primogénita, que sempre foi a do Cardeal Cerejeira, do início até ao fim do seu mandato, como Patriarca de Lisboa, e em todo o Portugal como Director Nacional, em representação do Episcopado da Metrópole, se foi com muita lucidez alargando e diversificando a outros movimentos de apostolado leigo, e até institutos religiosos, repartindo por eles, como irmãos mais novos, o mesmo carinho, a mesma solicitude e o mesmo empenhamento. Neles se sente uma capacidade, que não é de substituição, mas sim de multiplicação, idêntica à que se sentia no próprio nascimento da Acção Católica. Assim fosse ela tão forte hoje!

Em suma, o pensamento do Cardeal Cerejeira é hoje actual relativamente à Acção Católica como forma mais responsabilizada de cooperação do apostolado leigo com a hierarquia e actividade que assume como sua a vocação e missão própria da Igreja na globalidade, mas tem também muito de comum à caracterização do que é essencial a qualquer outra modalidade de apostolado dos leigos. Deste modo, proponho que reflectamos sobre a Acção Católica, mas também sobre aquilo que ela mais amplamente foi — escola, alfobre e viveiro do Apostolado dos Leigos em geral; preocupação, tão prioritária como a formação do clero, do Cardeal Cerejeira, desde o início ao fim do seu longo Patriarcado.

Ao mencionar estes dois pilares da actuação do Cardeal Cerejeira no nosso Patriarcado de Lisboa, não é possível deixar de sublinhar ainda um terceiro ponto. É que, arrancando de um cuidado primordial com o elemento humano da Igreja na plenitude cristã, sacerdotal e laical, foi possível, ao mesmo tempo, fazer frente aos desafios do tempo moderno e aos desafios da restauração da Diocese. Ressaltam os desafios do tempo moderno, que o Cardeal Cerejeira tão bem conhecia. Como militante do C.A.D.C., como jornalista (n' *O Imparcial* e na *Lusitânia*), como professor universitário, como autor da ao tempo actualizadíssima obra *A Igreja e o pensamento contemporâneo*, sempre o Cardeal Cerejeira revelou ser capaz de os acompanhar em diálogo, às vezes directo, com os melhores pensadores portugueses (cristãos ou não) e, muitas vezes, com os melhores pensadores do mundo.

Ao mesmo tempo, é evidente a importância dada ao apostolado da comunicação social e à presença da Igreja na comunicação social moderna, ao apostolado do meio e à presença da Igreja nos

meios da escola, do trabalho e da vida profissional, ao apostolado da Cultura — como o revela, já perto do fim do exercício episcopal do Cardeal Cerejeira, a fundação da Universidade Católica Portuguesa, instrumento privilegiado de formação das elites, segundo referências cristãs, e de investigação nos campos cruciais da filosofia, da ciência social, da ciência exacta, da tecnologia mesmo, encruzilhadas principais entre a Igreja e o mundo moderno, tão marcado por Ideias, Ciências e Técnicas às vezes alheias à história cristã.

No Apostolado dos Leigos sentimos particularmente a convergência de três facetas marcantes. O Cardeal Cerejeira, como primeiro grande Bispo do século XX português, que de algum modo marca a entrada da Igreja portuguesa do século XX, ultrapassando as vicissitudes do século XIX protelado que até então se vivera. O Cardeal Cerejeira, como grande Bispo da renovação do clero e, sobretudo, do Apostolado dos Leigos — desafio e pedra fundamental do tempo actual da nossa Igreja. O Cardeal Cerejeira, como restaurador do Patriarcado e de algum modo da Igreja portuguesa em cooperação com os outros bispos, os sacerdotes e os leigos: restaurador, não numa perspectiva de passado, mas sim numa perspectiva de futuro, em encontro declarado e aberto com o mundo moderno.

4. Algumas ideias-chave

Vejamos, então, alguns pontos específicos quanto ao pensamento e à acção do Cardeal Cerejeira no domínio do Apostolado dos Leigos.

Em primeiro lugar, destacar-se-á o reconhecimento claro de que, se há prioridade nova, se há necessidade característica de Igreja do nosso tempo, no passado como no presente e no futuro próximo que podemos antever, essa é a de apostar efectivamente no Apostolado dos Leigos: esta a nova necessidade da construção do Reino do Mundo do século XX, através dos cristãos inseridos no mundo, abandonando a perspectiva sacerdotalista e religiosa em sentido estrito que durante muito tempo se mantivera e que está na origem de uma certa incapacidade de transformar o mundo de acordo com os valores cristãos, e até de promover o simples diálogo interno na Igreja.

Não proponho aqui fazer uma longa análise das razões desta afirmação e deste reconhecimento. A leitura das obras pastorais do Cardeal Cerejeira aponta-nos muitas delas. Sublinham-se apenas as que parecem principais: uma no domínio da cultura, outra no domínio do social.

No domínio da cultura, o Cardeal Cerejeira foi perfeitamente capaz, desde o início do seu mandato episcopal até ao fim, de identificar — permita-se-me a expressão — onde estava o adversário principal da evangelização da sociedade portuguesa no plano cultural: esse adversário principal era o ateísmo, o conjunto das correntes culturais ateias. É o ateísmo que há-de ser posto à frente, como causa de descristianização, relativamente a muitas outras querelas secundárias em que muitas vezes se tinham enleado a sociedade e a Igreja portuguesas, ao longo do século XIX e às vezes mais para trás. O ateísmo alimentava-se de muitas fontes: no plano científico, do positivismo e do cientismo; no domínio da prática religiosa, do agnosticismo, forma de ateísmo prático dominante desde o século passado; no nosso século, mais ou menos explicitamente, das ideologias totalitárias que o Cardeal Cerejeira tantas vezes analisou, denunciou e, no seguimento dos Papas, condenou — o marxismo, sobretudo na sua expressão conducente ao comunismo, o fascismo e o nazismo.

Todas estas correntes confluíam nos principais obstáculos culturais a que o Mundo moderno e a Igreja se encontrassem, reduzindo cada vez mais o papel da Igreja a actos de culto praticados no interior de templos como coisas privadas e retirando-a do ar livre da grande sociedade dos homens, crescentemente secularizada. Por seu lado, a sociedade e a economia também se foram transformando, além da cultura. Tornavam-se mais urbanas e menos rurais; mais científicas e tecnológicas e menos religiosas, éticas e filosóficas; mais referidas ao movimento e menos tradicionais. Por tudo isto, acolhiam no seu seio modos de vida nascidos de sistemas de valores laicos, autónomos, bem diversos dos sistemas de valores do tradicionalismo cristão³. E tudo isto impunha que o encontro da

³ Choque bem ilustrado, por exemplo, pela condenação do liberalismo por Pio IX e do modernismo por Pio X.

Igreja com o mundo moderno se centrasse no domínio da cultura e no domínio das formas práticas de vida em que o mundo moderno se organiza e dos valores e contra-valores a que se refere, tão diferentes dos do passado. Ora estas novidades tinham sido, antes do século XX (ou se quisermos ser mais rigorosos, já antes de Leão XIII), por vezes ignoradas, hostilizadas ou até condenadas, sem que sempre com elas se dialogasse e sem uma análise aprofundada das suas causas, dos seus defensores, dos movimentos de pessoas e de ideias que as ocasionavam e que nelas convergiam.

O diálogo da Igreja com o Mundo e, com base nele, a intervenção activa da Igreja no Mundo, através daquilo que o Concílio virá chamar a animação cristã da ordem temporal, bem como a actuação concreta dos cristãos, exige imperiosamente e cada vez mais o recurso àquela parcela da Igreja que está mais directa e predominantemente em contacto com o Mundo, com o mundo da cultura e com o mundo da vida prática, das organizações sociais, da vida económica. Ora, manifestamente, cumpria que a Igreja deixasse de estar à defesa e passasse a estar ao ataque, no sentido em que a evangelização é uma atitude activa de avançar para regenerar, para promover, para santificar e salvar; uma atitude que rejeita a separação entre uma Igreja meramente cultural e uma vida religiosa sem projecção na totalidade das dimensões da vida do homem; uma atitude que rejeita o mero clericalismo e que empenha na obra de evangelização, como na obra da transformação do Mundo, a totalidade dos recursos da Igreja ao serviço de toda a humanidade para a regenerar em Cristo. Tudo isto impõe, cada vez mais, mesmo que se não sentisse uma crise sacerdotal, mesmo que se não sentisse uma crise de vocações religiosas, o recurso à actuação autónoma, crescente e determinante do laicado.

Sabemo-lo hoje bem. Mas, de algum modo, aquando do início, da doutrinação do Cardeal Cerejeira, isto encontrou resistências, não era entendido, pensava-se que de algum modo se estava a subverter aquilo que era a hierarquia correcta dentro da Igreja, tradicionalmente concebida como uma organização clerical. Na verdade, a primeira das grandes contribuições que o Cardeal Cerejeira deu em Portugal, como o Papa Pio XI o fez ao nível da Igreja universal, para que a Igreja se encontrasse com o mundo moderno, foi o diagnóstico claro de que o combate ao ateísmo e a evangelização no campo cultural, bem como a implantação dos valores cristãos nas formas de organização social, económica e política da

vida dos homens, exigem uma atitude activa de defesa e promoção desses valores pelos meios próprios desta sociedade de comunicação (Habermas), mundializada (Mac Luhan) e massificada (Ortega), em vez da atitude passiva de fechar as portas dos tempos e condenar aquilo que está «lá fora». Essa atitude activa há-de ser a de toda a Igreja, mas tem de contar, como vanguarda e como seu elemento estratégico, com o laicado. Ele é a parte da Igreja vocacionada para a transformação das estruturas e a encarnação dos valores na vida de todos os dias, e também a mais vocacionada para a criação e produção da cultura, de modo acelerado e generalizado, como ela ocorre nas sociedades modernas.

E, de facto, o Cardeal Cerejeira muito claramente, mesmo quando denunciava as ideologias totalitárias — o que fez com clareza logo após 1933, ao contrário do que por vezes sem rigor se diz —, mesmo quando reclamava a *liberdade*, não só para os cristãos, mas para todos os homens — o que também fez com clareza, ao contrário do que tantos às vezes dizem —, nunca esqueceu algo que se poderia resumir como uma *situação desumanizante*: como ele escreveu, «no século XIX, o problema era para muitos que Deus estaria morto; no século XX o problema passou a ser que, para muitos, o homem estava morto». Do ateísmo nasceu o ataque radical ao humanismo, e na primeira linha da defesa doutrinária do humanismo esteve entre nós muito marcadamente, também ao contrário de muito que se diz, o Cardeal Cerejeira. O seu pensamento é claramente personalista, rejeitando ventos que, em Portugal, chegaram a ser fortes; julgo — outros o dirão melhor — que também o foi a sua vida.

Uma segunda ordem de questões, mais polémica do que a primeira, e também abundantemente tratada nos discursos e obras pastorais do Cardeal Cerejeira, é a que se refere à relação entre apostolado laical e acção mundana (umas vezes acção política, outras vezes acção social, outras vezes acção cultural; de qualquer das formas acção temporal, contraposta à espiritual e religiosa). Aqui deparamos também com um dos grandes combates do Cardeal Cerejeira; combate que, porventura, não está inteiramente vencido até ao momento presente, mas que veio até hoje e perdurará talvez por muitos anos, perante o juízo da História (em última instância, de Deus).

Se lermos as obras pastorais do Cardeal Cerejeira, talvez nenhuma questão apareça tão recorrentemente, qual tema primário

de um andamento sinfónico, como esta: as fronteiras e as ligações entre o religioso e o político. Sendo certo que o homem é uno, sendo certo que a presença da doutrina social da Igreja é lembrada como um dos valores e corpos doutrinários inspiradores da acção temporal dos leigos cristãos e que existe um dever de animação cristã da ordem temporal, haverá que deixar sempre claras as fundamentais palavras evangélicas «a César o que é de César e a Deus o que é de Deus» e «o meu Reino não é deste mundo». Um leque de temas, por certo, mas a mesma preocupação fundamental.

Recordar especialmente este ou aquele discurso seria vão, pois este género de problemática — nas suas diversas implicações, doutrinárias e circunstanciais — aparece, do princípio até ao fim, como preocupação capital e como ponto de incitamento e prevenção essencial para a definição do sentido da acção dos leigos cristãos e da sua missão de apostolado, em particular na vertente da animação cristã do mundo. Recordo algumas frases, como meros exemplos, quais fragmentos de uma sinfonia singularmente coerente, por vezes mesmo angustiadamente repetitiva. Assim, a referência à tentação de pôr a política antes da fé como uma das grandes tentações do nosso tempo: «A advertência do nosso Divino Mestre, procurai primeiro o Reino de Deus e tudo o mais virá por acréscimo (...), foi invertida; o reino de Deus é que virá por acréscimo, parece. O temporal facilmente se torna, no juízo de muitos, o critério do valor espiritual. A Igreja, o cristianismo são apreciados pela sua eficácia na transformação das condições passageiras da vida humana». E noutro passo: «E eu pergunto se não haverá por aí contaminação do espírito marxista, nesse primado do temporal, essencial, único mesmo no marxismo (...); os valores escondidos da oração, da humildade, do sacrifício da cruz perdidos nessa confiança na acção política, a acção eficaz marxista esquecendo a acção espiritual e moral que opera transformando interiormente o homem e amadurecendo na paz as transformações futuras (...); a eficácia do efeito imediato exterior (...) com desprezo da acção interior e silenciosa do Espírito Santo e da oração, a qual consegue o impossível como diria o Padre Foucauld e triunfa nas Bem-Aventuranças».

Penso que, desde o princípio ao fim da sua doutrinação sobre a acção apostólica dos leigos, este foi o problema fundamental, pedra de toque da doutrina do Cardeal Cerejeira e da prática, bem complexa numa sociedade que passou por momentos decisivos, com ele no Patriarcado, em toda a Igreja portuguesa. Desde o

princípio até aos últimos textos que deixou, incansavelmente o bispo se proclamou só bispo (e não será esse o desafio de uma vida inteira?), recusando sempre ser líder político. Ao mesmo tempo, o bispo concitava os seus irmãos leigos a que, empenhando-se com pluralismo na política, nunca confundissem essa acção política com a acção apostólica, nunca misturassem a sua actuação como leigos empenhados no apostolado com a actuação política que também poderiam (e eventualmente deveriam) ter; e que não só não misturassem como não invertessem as prioridades — primeiro, o Reino de Deus e a acção apostólica, depois, a transformação do mundo no plano político, no cultural, no económico e no social. Penso também que aqui radica um dos grandes mal entendidos ainda hoje presentes acerca da acção e da doutrina do Cardeal Cerejeira: acção apostólica ou missão política?

Julgo que é este um tema que merece ser debatido até ao fim e não proponho aqui naturalmente resolvê-lo. Penso, porém, que desde o início do seu episcopado a grande luta do Cardeal Cerejeira, umas vezes contra as correntes radicais (comunistas) do marxismo, outras vezes contra o nazismo, outras vezes contra o fascismo e a Action Française, outras vezes contra o secularismo liberal, foi sempre a rejeição do «politique d'abord» (que não é só de Maurras, mas de tantos mais): pois todo o século XX tem estado, e ainda está, por ele profundamente penetrado. O ensino de D. Manuel teve à cabeça, sempre, a rejeição das ideias de que a eficácia temporal é a medida da eficácia da acção apostólica e da acção espiritual e de que à eficácia temporal deveria subordinar-se o valor último da estratégia de salvação de toda a acção apostólica que é — e tem de ser — por essência evangélica.

De uma maneira ou de outra, a grande rejeição da sua entrada, como bispo, no mundo da política foi afinal a assunção plena dos valores da sua própria vida e a propositura, em termos de doutrina e em termos de exemplo pessoal, aos leigos empenhados no apostolado de uma séria hierarquia de valores: primeiro, a missão apostólica e a construção do Reino, depois, em pluralidade livre, por conta e risco de cada um, a animação cristã da ordem temporal e a acção cultural, social, económica e política, que, se o apostolado e a formação cristã forem exercidos correctamente, hão-de impregnar em pluralismo a sociedade portuguesa. E atrever-me-ia mesmo a dizer que, na realidade, a omissão da acção política do Cardeal Cerejeira foi verdadeiramente — porque não assumiu forma

negativa, mas sempre foi uma omissão de exemplo, e de doutrina positiva, de comprometimento com o Reino em termos apostólicos — a condição, o terreno, que permitiu germinasse o pluralismo da actuação dos leigos cristãos nos mais diversos domínios da vida económica e social, nos mais diversos quadrantes políticos, por sua conta e risco, sim, mas sempre reclamando-se (com o mal e com o bem que é fruto da liberdade e dos erros de cada um) de valores cristãos, mais nos actos do que nas palavras. Assim, os valores cristãos foram germinando na sociedade, através de um escol de leigos que validamente actuaram como cristãos, nos diversos campos onde o Bispo não era chamado a actuar e não actuou.

Dessa omissão — que o não é: antes é plena assunção da responsabilidade pastoral, em reconhecimento do primado da construção do Reino — terá resultado precisamente um laicado católico muito pluralista, apostolicamente formado e empenhado, com nomes conhecidos e exemplos anónimos de igual valia, então e agora influente na construção da sociedade democrática e plural que hoje temos, bem como no lançamento das estruturas de uma nova sociedade europeia, que também ela já existia em Portugal, presente no pensamento cristão.

Permita-se-me uma palavra de comentário lateral. É frequente hoje censurar o Cardeal Cerejeira por, nomeadamente nos anos finais do Estado Novo, quando se avolumavam o flagelo da emigração, os males da guerra, as crescentes contradições de um regime que, manifestamente, não respeitava os direitos do homem (embora, como os meros autoritarismos, o fizesse de forma mais mitigada e à luz de conveniências de poder, não de ideologias impostas com a mais completa violação da liberdade pessoal, ao invés do que sucede nos totalitarismos: e bem presentes estavam, no tempo, o fascismo, o nazismo, o estalinismo ...), não tivesse formulado explícitas condenações ou proclamações mais claras da doutrina. Em parte, esta crítica assemelha-se à crítica ao pretenso silêncio de Pio XII durante a guerra (que o nazismo já estava condenado pela Igreja!), a qual, além do mais, esquece quantas vidas e quantos redutos de liberdade foram salvos por esse «silêncio». O pastor tem frequentemente de escolher, talvez mais do que aqueles que têm responsabilidades meramente individuais, entre males menores. Por outro lado, é admissível que o que hoje parece claro o não fosse na altura; e que uma ética de responsabilidade tivesse prevenido reacções e comportamentos que, de outra forma, poderiam

ter provocado males maiores ao País e à Igreja — sendo que a principal acção libertadora (a da consciência dos leigos cristãos, através da Acção Católica), essa, se foi fazendo sempre e contou com o apoio do Cardeal Cerejeira em tudo quanto significou formação de consciências esclarecidas, mas não envolvimento político da Acção Católica. Fica a questão aberta a discussões. Mas não está provado que servisse mais a liberdade e a Igreja em Portugal agir de outra maneira — nem que assim se servisse melhor a Igreja, nas cristandades nascentes de África, presentes em todo o momento nesta fase de análises inseguras e decisões dolorosas. É fácil condenar *a posteriori* — sobretudo quem não teve atitudes diferentes no tempo próprio, ou quem as teve mas sem consigo envolver toda a Igreja portuguesa. Mais difícil é entender que a Igreja não é um mero contrapoder; e que a responsabilidade do pastor sempre há-de avaliar o temporal à luz da economia da salvação.

Encerremos esta referência recordando outro texto em que, à luz e no momento do Concílio, o Cardeal Cerejeira justificava o seu tema de sempre ⁴:

«Falei acima do esvaziamento do cristianismo na sua identificação com o temporal, terminando num humanismo que põe o homem no lugar de Deus (e esta é a consequência pior da prioridade do temporal). Tendência horizontal, como já se diz. E é ela que explica certa simpatia da ala mais avançada do progressismo pelo comunismo anticristão.

«Antes de mais, para evitar equívocos, convém afirmar categoricamente que não há intenção no que quer que seja de desvalorizar a acção temporal do leigo cristão, acção tão luminosamente expressa na Constituição *Gaudium et Spes*. Estar no Mundo é condição do cristão e da Igreja, condição dupla de situação e de acção; e é no Mundo que realizam a missão. Mas há inversão inteira de ser e de agir, se, em vez de 'a Igreja no Mundo', se disser: 'o Mundo na Igreja'. Não é no Mundo (embora este de fora a condicione de algum modo), que a Igreja recebe a Luz da Graça divina com que ilumina; e o cristão está no Mundo, mas não é do Mundo nem para o Mundo.

⁴ D. MANUEL GONÇALVES CEREJEIRA, *Na Hora do Diálogo*, 60-62.

«A tragédia do neomodernismo vem daqui: de procurar na terra o fruto da doutrina e da salvação que vem de Deus pela Igreja. Além do Santo Padre, que veio a Fátima orar pela 'unidade interna da Igreja', não têm faltado vozes autorizadas a denunciar o perigo fatal. Quase ao mesmo tempo H. Urs von Balthasar na Alemanha e Jacques Maritain na França, em estilo forte de cruzados da Fé, chamando as coisas pelo seu nome, puseram cruamente a nu a impregnação do historicismo e do relativismo hodiernos no pensamento e vida católicos: o primeiro (limitando-me ao aspecto político-social) descrevendo nesta 'tendência para o mundo terrestre' um caminho para 'o humanismo consequente', em que os mistérios da fé se tornam supérfluos e em que o cristão se identifica com o humano; o segundo apontando o mito do 'social-terrestre' 'enquanto absorve em si o reino de Deus', temporalizando totalmente o cristianismo, a ponto de fazer dos fins terrestres, consciente ou inconscientemente, 'o verdadeiro fim supremo da humanidade'.

«Partindo embora de Deus para a acção temporal, corre-se o risco de deixar Deus, identificado o cristão com o que é humano, se se não permanece n'Ele; não foi o caso de alguns 'padres operários' e Deus sabe de quantos hoje? Como adverte Von Balthasar: para actuar como cristão no Mundo, é forçoso entrar nele, não com Deus 'atrás de nós', mas com Deus 'diante de nós'⁵.

«Aquele mito do social-terreno leva facilmente, quando se não está atento à voz da Igreja, com os olhos e o coração em Cristo, a confundir o 'reino de Deus' com o 'reino deste Mundo'; a 'confundir progresso humano e salvação, indo a reboque de receitas humanas que o mundo fabrica'; a 'ligar a mensagem de Cristo a outras mensagens, pondo o Evangelho ao serviço de causas que não são pura e simplesmente as da salvação'.

«Para o cristão o princípio de pensamento e acção está indelevelmente posto pelo Divino Mestre: 'procurai primeiro o reino de Deus e tudo o mais virá por acréscimo'. É ele que salva o reino temporal. Deus no princípio e no fim de tudo, contra o movimento de secularização que proclama, pela boca do bispo anglicano Robinson, um cristianismo sem religião».

Uma palavra se não dispensará: que admirável coerência!

⁵ *Qui est chrétien?*, Ed. Salvator, 1967.

5. Alguns desenvolvimentos

Lembremos, de seguida, quase que em telegrama, mais algumas linhas que para nós resultam da leitura e da reflexão sobre o pensamento e a acção do Cardeal Cerejeira no domínio do apostolado laical.

Primeiro, a definição clara das consequências desta separação entre a acção apostólica e a acção temporal, social, política ou cultural. A missão do apostolado dos leigos é a construção do Reino — que há-de vir até nós mas não é deste mundo — e essa construção tem prioridade sobre qualquer domínio temporal. Por ela e nela se confirma e afirma a entidade do leigo, não como cristão diminuído, não como «cristão menor», mas como cristão pleno pelo baptismo e pela confirmação, embora com estatuto especial, em si tão nobre como o dos sacerdotes ou o dos religiosos.

Ao mesmo tempo e num outro plano, a missão do cristão no mundo, como forma de consagração do mundo e animação cristã da ordem temporal: aí, a sua doutrinação sobre a Acção Católica sublinha critérios e aspectos prioritários que não é possível agora desenvolver, que muitos de nós reflectimos e se propõem ainda hoje na sociedade portuguesa à reflexão dos cristãos leigos. São eles, afinal, no fundo, com a mudança dos tempos, mas não com a mudança de estruturas globais, que continuam sendo as deste mesmo mundo moderno do século XX, aqueles que foram tratados ainda há pouco no Congresso dos Leigos em Fátima. Os ambientes da vida, a família, a escola, o trabalho e o lazer, a cidade, o meio urbano (este é, talvez, um ponto pouco focado por vezes no pensamento que temos, nomeadamente aqui no Patriarcado, onde tantos problemas graves e nobres levanta). Na cultura e na comunicação social, os valores e, tanto como os valores, os meios de intervir na sua produção, na sua afirmação e na sua avaliação e conversão em critérios práticos. Na política, a actuação em pluralismo, mas com o dever de comprometimento e conforme os meios de actuação a escolher consoante o momento. Recordo um texto do Cardeal Cerejeira em que muito lucidamente se analisam as diferentes formas possíveis, e todas lícitas, de actuação política do cristão no século XX, as quais poderiam ir até, caso fosse aconselhado, à instituição de partidos de inspiração cristã. A modernidade de pensamento do Cardeal Cerejeira é algo que muitas vezes só se apreende quando o lemos hoje, a uma distância de dezenas de anos,

porque muitas pessoas contemporâneas dele, no estilo e no conteúdo, envelheceram, e o seu discurso, na forma como nos temas, continua singularmente vivo em muitos aspectos fundamentais.

Três outros pontos ainda desejaria focar. São pontos comuns à sua doutrinação da Acção Católica e à doutrinação do Apostolado dos Leigos em geral, em organizações especializadas e autónomas que surgiram impulsionadas pela grande escola de leigos que foi a Acção Católica.

Em primeiro lugar, a necessidade absoluta de começar e acabar a formação do leigo no campo da espiritualidade. A conversão interior, o aprofundamento da Graça pelos Sacramentos e pela vida espiritual, são os pontos sem os quais não há apostolado leigo: pode haver activismo, pode haver até actuação de ordem temporal, mas com o tempo corre o risco de acabar perdendo as referências cristãs, se não as alimentar na seiva da Graça através da vida espiritual. Também aí a Acção Católica encontrou-se em muitas acções e campanhas, fruto do que chamou «a mais extensa e intensa missão apostólica jamais vista em Portugal». Muito lhe deve a difusão nacional do culto de Nossa Senhora de Fátima. Muito lhe deve o impulso de uma vida sacramental mais autêntica e mais frequente, que encontrou o terreno lavrado pela Acção Católica e que foi lançado pelo Concílio. Muito lhe deve também a preparação da renovação litúrgica, aí com a acção imprescindível de Monsenhor Pereira dos Reis no Patriarcado, também aí lavrando para a fértil sementeira que seria feita pela renovação conciliar da liturgia.

Uma segunda e fulcral linha de actuação é a da doutrina. A necessidade de estudo e de aplicação da doutrina social da Igreja é um ponto fundamental do pensamento do Cardeal Cerejeira acerca do apostolado dos leigos. Doutrina estudada na leitura e meditação das fontes, mas aplicada à vida através do método da revisão de vida, que ainda hoje, em muitos outros movimentos apostólicos, fornece sugestões úteis de compatibilização entre a reflexão sobre os valores e a aplicação desses valores à prática. Não é possível que o cristão possa actuar cristãmente em domínios altamente especializados, que exigem competência técnica e competência profissional, se não tiver uma formação doutrinária comparável à que tem nos seus domínios temporais. De outra maneira, os juízos de valor falharão, e criar-lhe-ão problemas delicados: profissional e cidadão capaz e adulto, só terá a ajuda de critérios éticos rudimentares e infantis.

Penso, enfim, que toda a doutrinação da Acção Católica, apontando vínculos mais íntimos que são específicos da própria Acção Católica acerca da relação entre apostolado laical e mandato hierárquico ou cooperação hierárquica, é apesar de tudo uma forma específica de concretizar uma exigência essencial do apostolado dos leigos: *a fidelidade à Igreja*. O apostolado dos leigos só o é se for organicamente eclesial; e uma das medidas em que se vê se o é, é a fidelidade, nomeadamente, em sintonia com os outros corpos da Igreja e em unidade com o Papa e os outros bispos. A autonomia do apostolado dos leigos, precisamente porque é cristã, tem de ser combinada com a fidelidade.

E, dito isto — como resumo dos pontos que me parecem fundamentais numa doutrinação muito abundante, mas que se concentrou em aspectos temáticos nítidos, de que a mim ressaltam sobretudo estes — importa concluir.

6. Conclusão

O ensino e a acção pastoral do Cardeal Cerejeira, que nos últimos anos foram amargurados por uma situação complexa, difícil no Patriarcado como na Igreja e na sociedade portuguesa em geral, produziu dois últimos textos muito curiosos, cuja meditação ainda hoje se me afigura extremamente rica.

Em 1965, as *Cartas de Roma ...*, de que aqueles que são pelo menos de meia-idade, como eu, se recordarão: eram cartas de Roma enviadas aos lisboetas a dar conta do que se passava no Concílio. Nelas se apresentava ao Patriarcado, que na Imprensa censurada nada de essencial colhia com clareza, aquilo que era novidade conciliar: a tradição eclesial, vista com os olhos e com a palavra do Concílio para o nosso tempo.

E recordo um outro texto muito curioso de 1967, *Na Hora do Diálogo*, que volta a glosar de muitas maneiras o problema fundamental que referi há pouco: quais as fronteiras e quais as combinações entre o político e o apostólico; quais as ligações do reino de César e o reino de Deus, independentes certamente, autónomos certamente, interligados certamente (porque são ambos reinos que partilha e em que participa o mesmo homem e que, por isso mesmo, pela sua interligação, suscitam delicados problemas de prioridade); problema de prioridades que, para o cristão, tem obrigação de estar bem resolvido.

Este livro *Na Hora do Diálogo* é toda uma meditação, aliás a meditação final, sobre a responsabilidade do bispo e também a responsabilidade do leigo, em não deixarem trocar os valores do reino de Deus pelos valores terrenos, sejam eles quais forem. É uma meditação como que testamentária — no fundo, sobre aquilo que ainda hoje é mais discutido no pensamento e na obra do Cardeal Cerejeira. Recordando uma transcrição feita atrás, anoto apenas: no princípio e no fim o mesmo tema.

Ainda hoje, quando se discute a obra do Cardeal Cerejeira, não sei se por ignorância, quase tudo é muitas vezes na opinião pública omitido, mas este tema não. Penso que ele constitui uma matéria capital de reflexão, uma matéria que tem actualidade e merece ser reflectida. Mas a sério! Fica o repto aqui.

Em certo sentido, comemorar-recordar é viver. Pela memória e pelo coração. Poderá ser homenagear também, ou criticar; mas a melhor das comemorações tem, para nós cristãos, como exemplo, analógico mas perfeito, a comemoração que todos os dias fazemos dos mistérios que Cristo viveu e vivendo nos revelou para nossa salvação. Toda a comemoração é de algum modo uma actualização de algo que se passou na História; e só aquilo que na História é actualizável, por efeitos da Graça ou por mérito histórico, merece ser comemorado. Como disse Chesterton — e isto pode aplicar-se ao pensamento e à acção do Cardeal Cerejeira — o inconveniente de os homens não conhecerem o passado é que também não conhecem o presente. E, como disse Eliot, o sentido histórico envolve a percepção não apenas do que no passado é passado mas daquilo que nele é presente.

Ora, eu creio que nos temas que apresentei, não pela forma como o fiz, mas pela maneira como foram abordados no ensino e vividos na acção pastoral do Cardeal Cerejeira, poderemos confirmar esta ideia, que julgo será porventura uma das conclusões fundamentais quanto à sua actuação em matéria do Apostolado dos Leigos: o Cardeal Cerejeira foi no passado, no Patriarcado como na Igreja portuguesa, o grande Bispo da Acção Católica e do Apostolado dos Leigos. Mas, foi acima de tudo, alguém que já nisso construiu o futuro; e também no seu pensamento, respondendo às solicitações da Igreja moderna, usando a linguagem do tempo, antecipou o futuro com uma doutrina actual. Um futuro que em parte é o presente que vivemos, homenageando-o e recolhendo, por graça de Deus, do seu pensamento muito daquilo que

tem de fecundo e de actual. Um futuro que é também o nosso futuro. Pois neste século como no século próximo, a Igreja vai ser em boa parte o que forem os leigos, vai conseguir evangelizar o mundo em boa parte na medida em que estiver nele presente pelos leigos: em apostolado e em animação do temporal, de forma correcta, evangélica, eficaz e competente. O Cardeal Cerejeira empenhou-se nisso, de modo precursor, como primeira prioridade de restauração do Patriarcado nos meados do século. Espero que a sua presença seja exemplo e inspiração, pois, como disse Eliot:

*«Time present and time past
Are both perhaps present in time future
And time future contained in time past».*

António Luciano de Sousa Franco
Rua António Feijó, 4-3.º
1500 LISBOA